

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº085**

Período: de 14/06/03 a 18/06/03

Franca – Brasil

- 1 - Ajuste na previdência militar deverá ser feito por meio de lei ordinária
- 2 - Plano do regime militar tinha como alvo professores de Universidade de São Paulo (USP)
- 3 - Governo brasileiro poderá reabrir licitação de caças no segundo semestre
- 4 - Governo de São Paulo não paga indenizações a ex-presos políticos
- 5 - Mesmo batalhão do Exército no Rio tem desvio de munição e tentativa de invasão

Ajuste na previdência militar deverá ser feito por meio de lei ordinária

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoino, afirmou que as mudanças na previdência dos militares podem ser feitas por meio de lei ordinária. Os ajustes ocorrerão após a aprovação da reforma da previdência dos servidores públicos, prevista para o último trimestre de 2003. Segundo Genoino, as modificações no sistema previdenciário das Forças Armadas farão parte de um pacote de projetos de lei para regulamentação das medidas. Ele alega que as mudanças para os militares não precisam de emenda constitucional e que, se forem feitas por lei ordinária, podem ser votadas em conjunto com os projetos de regulamentação da reforma, nos primeiros meses de 2004. Os militares continuarão tendo regime previdenciário diferenciado dos outros servidores públicos. O presidente do PT, bem como grande parte do governo, defende o aumento do tempo de contribuição de 30 para 32 anos, a eliminação do tempo de academia militar para fins de aposentadoria e o fim de pensão vitalícia para as filhas de militares. O jornal *Correio Braziliense* acredita que a aprovação do novo texto para aposentadoria dos militares será tão lenta quanto as reformas dos funcionários públicos que estão sendo discutidas atualmente pelo governo. (Correio Braziliense – Política – 14/06/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 14/06/03)

Plano do regime militar tinha como alvo professores de Universidade de São Paulo (USP)

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Ministério do Exército empreendeu, no início dos anos 70, uma operação secreta visando intimidar e prender cerca de cem alunos e professores da Universidade de São Paulo (USP) sob a acusação de subversão. O plano do Ministério do Exército, denominado “Tarrafa”, atribuía aos órgãos envolvidos a liberdade para incluírem novos suspeitos, mesmo quando não houvesse provas que justificassem as prisões. Entre os alvos dos militares estavam o sociólogo Octavio Ianni e o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Erney Felício. O documento detalhando a operação data do dia 2 de abril de 1970, foi descoberto durante as buscas de familiares de presos políticos na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, e traz a assinatura do general-de-brigada Ernani Avrosa da Silva e do coronel Erar de Campos Vasconcellos, respectivamente, chefe do Estado-Maior do 2º. Exército e chefe da 2ª Seção do Exército, na época. A *Folha* afirmou ainda que essa é uma das poucas operações empreendidas pelo governo militar das quais é possível saber

detalhes e comprovar a participação de diferentes órgãos do Estado sob a supervisão do Exército. Também participaram do plano a 4ª Zona Aérea, a Força Pública do Estado de São Paulo (atual Polícia Militar) e o Deops-SP (antigo Dops). O documento faz referência à prisão de cem pessoas. A maioria delas vivia na clandestinidade. De 33 pessoas listadas no plano que a *Folha de S. Paulo* procurou, apenas duas sabiam da existência do “Plano Tarrafa”. O Centro de Comunicação Social do Exército informou não ter ciência do relatório do plano e acrescentou que, analisando a data de expedição, é provável que o original e outros documentos similares tenham sido destruídos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/06/03)

Governo brasileiro poderá reabrir licitação de caças no segundo semestre

O governo brasileiro planeja para o segundo semestre de 2003 a reabertura do processo de licitação dos caças da Força Aérea Brasileira (FAB). Como concorrentes, até que o mesmo fosse fechado pelo presidente Lula no início de seu governo, estavam o consórcio franco-brasileiro Dassault-Embraer e o grupo sueco Gripen. (O Estado de S. Paulo – Economia – 17/06/03)

Governo de São Paulo não paga indenizações a ex-presos políticos

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) não efetuou nenhum pagamento aos ex-presos políticos que conquistaram neste ano o direito à indenização do governo por seqüelas físicas e morais provocadas por torturas durante o regime militar. O orçamento do governo deste ano prevê R\$ 3 milhões para aproximadamente 600 pessoas que têm direito à indenização do Estado. Outras mil pessoas reivindicam o pagamento, amparadas por uma lei criada em 2000, sendo que os valores variam entre R\$ 22 mil e R\$ 39 mil. As únicas 29 indenizações pagas em 2003 se referem a processos aprovados ainda no ano passado (de um total de 144). Segundo o secretário de Justiça, Alexandre de Moraes, cerca de 200 pessoas deverão ser indenizadas neste ano, mas ele considera que os R\$ 3 milhões destinados são insuficientes, por isso haverá o pedido de uma suplementação orçamentária. O secretário ainda atribuiu à “burocracia” o não pagamento de nenhuma indenização aprovada em 2003. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/06/03)

Mesmo batalhão do Exército no Rio tem desvio de munição e tentativa de invasão

Um grupo de homens armados trocou tiros com soldados do 3º Batalhão de Infantaria do Exército, na Venda da Cruz, em São Gonçalo (Estado do Rio de Janeiro), na madrugada da quarta-feira (18). Os policiais do Grupamento Especial Tático Móvel (Getam) e do Batalhão de Alcântara foram acionados e deslocados para o local. Ninguém foi preso na ação e a polícia suspeita que o bando pretendia invadir o quartel para roubar armas e munição. No mesmo batalhão há cerca de 700 militares detidos desde do último dia 15 quando foi descoberto o desvio de munição do paiol da unidade. Desapareceram aproximadamente 1.200 cartuchos de fuzil calibre 7,62 e cem cartuchos de pistola 9mm. O paiol, que não foi arrombado, está localizado numa casa de alvenaria nos fundos do quartel e era vigiado por um soldado. O Comando Militar do Leste (CML) informou que foi instaurado Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar o caso. O estrategista Ronaldo Leão, presidente do Instituto de Defesa Nacional, afirmou que não tem dúvidas de que a munição foi desviada para o tráfico de drogas. De acordo com ele, os seguidos registros de

desvios de armas e munição dos quartéis das Forças Armadas no Rio são conseqüência da falta de recursos para investir no bom recrutamento e na seleção de jovens soldados. Os militares ficarão detidos na unidade até o término das investigações, segundo determinou o comandante do 3º BI, coronel Néelson Duarte Ferreira, apesar de militares detidos afirmarem que alguns deles estavam sem alimentação, pois não havia comida suficiente para todos no rancho do quartel. Os responsáveis pelas chaves do paiol e o sentinela já foram ouvidos. O 3º BI é unidade de elite da Segunda Brigada de Infantaria e Guarnição Militar de Niterói e São Gonçalo, com jurisdição sobre toda a região Norte do Estado e Espírito Santo. A unidade mandou tropas para combater na Itália, na Segunda Guerra Mundial, e para a Força Internacional de Paz da ONU no Canal de Suez, em 1956. Em fevereiro deste ano, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Terezinha Cauduro da Silva, instituiu um grupo de trabalho (Portaria 55/PGJM), na circunscrição da Procuradoria da Justiça Militar do Rio de Janeiro, composto de um procurador e dois promotores da Justiça Militar, “com a finalidade de estabelecer o levantamento policial, administrativo e judicial das ocorrências de roubo, furto, extravio, desvio, peculato, desaparecimento, apropriação indébita e receptação de material bélico das Forças Armadas nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo”. A finalidade do grupo de trabalho é propor, após o devido exame, a reabertura de investigações e a adoção de providências junto às autoridades militares para a prevenção dessa natureza de delitos; o trabalho ainda não foi finalizado. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 18/06/03; O Globo – Rio – 18/06/03)

Nota: Devido ao feriado nacional de Corpus Christi, o **Informe Brasil** não veiculará as notícias referentes aos dias 18 e 19 de junho, que serão incluídas no próximo **Informe**.

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D’Allevodove, bolsistas CNPq/Pibiq, Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.